

Teresa Alexandra Vasconcelos de Almeida Sobral, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

13 de março de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

312142291

Declaração de Retificação n.º 270/2019

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2019, referente à integração em lugares do mapa de pessoal específico da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., retifica-se nos seguintes termos:

Onde se lê:

«Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal de regularização ao abrigo da Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio, foram integrados em lugares do mapa de pessoal específico da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., e celebrados os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2019, com os trabalhadores abaixo indicados, que ficaram dispensados do período experimental:

Ana Teresa Sousa Fialho Milne e Carmo, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Ana Luísa da Graça Monteiro, carreira e categoria assistente técnico 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5;

Carolina João Figueira Reis Ribeiro, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Hugo de Moura Portugal e Assunção Carmo, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Maria da Soledade Faria Lopes Fraga, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Maria de Lurdes Santos Manso, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Marta Manuela de Melo Ferreira de Moura, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Susana Isabel Gomes Silvano, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

7 de fevereiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

deve ler-se:

«Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal de regularização ao abrigo da Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio, foram integrados em lugares do mapa de pessoal específico da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., e celebrados os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2019, com os trabalhadores abaixo indicados, que ficaram dispensados do período experimental:

Ana Teresa Sousa Fialho Milne e Carmo, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Carolina João Figueira Reis Ribeiro, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Hugo de Moura Portugal e Assunção Carmo, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Maria da Soledade Faria Lopes Fraga, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Maria de Lurdes Santos Manso, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Marta Manuela de Melo Ferreira de Moura, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;

Susana Isabel Gomes Silvano, carreira técnico superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15;»

13 de março de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

312141432

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 3190/2019

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento

(FEEI), compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais (PO) e programas de desenvolvimento rural (PDR), bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente, das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, para o período de 2014-2020.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro procedeu, ainda, à criação das estruturas de missão a funcionar junto das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, nos termos dos previstos nos artigos 59.º e 60.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que sucedem aos centros de observação das dinâmicas regionais, previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado pelos Decretos -Leis n.ºs 74/2008, de 22 de abril, e 99/2009, de 28 de abril.

A mesma Resolução de Conselho de Ministros veio ainda estabelecer a missão e os objetivos dos órgãos de acompanhamento das dinâmicas regionais e concretamente, no mapa XIII do Anexo I da citada RCM, do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa, definindo-se a forma de designação dos elementos que o integram, o estatuto remuneratório do respetivo coordenador e os termos da prestação do apoio logístico e administrativo.

Estabelece o n.º 3 e 4 do mapa XIII do Anexo I da Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, que os elementos do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa, no máximo de 5, entre técnicos superiores e assistentes técnicos, incluindo o coordenador são designados por despacho do presidente da comissão diretiva do Programa Operacional Regional de Lisboa.

Nestes termos, na qualidade de presidente da comissão diretiva do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, cargo exercido por inerência ao de Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro; designo, como coordenador do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa, o licenciado Nuno Ventura Santos Bento.

A nota curricular do designado consta em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir da respetiva assinatura.

22 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

Nota Curricular

Experiência Profissional na Administração Pública e Autárquica:

2019-2016 — CDDR-LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Chefia da Divisão de Planeamento, Prospetiva e Avaliação (DPPA), desde janeiro de 2016;

2015-2013 — CML — Câmara Municipal de Lisboa: Gabinete do Vereador João Afonso, integrado na Equipa de Trabalho sobre Envelhecimento, Inovação Social e Financiamento desde julho de 2015; Gabinete de Projetos de Inovação e Serviços de Financiamento abril de 2014 junho de 2015; Gabinete do Diretor Municipal de Mobilidade e Transporte, julho 2013 Março de 2014;

2013-2007 — EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa: Diretor da Direção de Empreendimentos /2011/2013), coordenador da Área Funcional Novos Projetos Urbanos e Reabilitação (2010); Diretor da Direção de Renovação e Reabilitação Urbana (2008/2009), e Assessor do Conselho de Administração, para a Área do Urbanismo e do Planeamento (2007);

2006-2004 — IST/UTL — Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa: Assistente Convidado no Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura, lecionando em disciplinas dos cursos de Arquitetura, de Engenharia e de Engenharia do Território;

2006-2007 — CESUR — Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do IST/UTL: colaborador e investigador em projetos de investigação e de prestação de serviços nas áreas do Urbanismo, da Arquitetura, e dos Transportes; Reintegrou a equipa de investigação (na FCT) em 2016;

2006-2000 — Câmara Municipal da Moita: Técnico do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (2003-2004), Assessoria Técnica no âmbito da Revisão do Plano Diretor no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (2000-2003);

2002-1999 — FA/UTL — Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa: Monitor no Departamento de Urbanismo, em cadeiras nos cursos de Arquitetura de Gestão Urbanística e Arquitetura de Planeamento Urbano e Territorial;

Formação Académica:

2013-2017 — Diploma de Estudos Avançados em Políticas Públicas, como parte do Doutoramento em Políticas Públicas, do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (3.º ano em curso 2017/2018);

2006-2004 — Mestrado em Urbanística e Gestão do Território, no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal (duração 2 anos);

1999-1993 — Licenciatura em Arquitetura de Gestão Urbanística, na Faculdade de arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal (duração 6 anos);

Associação Profissional:

2000 — Membro 9263 da Ordem dos Arquitetos, Secção Regional do Sul, Portugal;

2011 — Membro do International Federation of Housing and Planning, Council Member des 2014;

2018 — Sócio 118 da Associação Portuguesa dos Urbanistas, Portugal (ex-APU desde 2001).

312143133

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**Gabinete da Secretária de Estado da Habitação****Despacho n.º 3191/2019**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de Adjunta no meu gabinete, a mestre Ana Isabel da Luz Caetano, trabalhadora da Ernst & Young, S. A., com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de março de 2019. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Ana Isabel da Luz Caetano

Data de Nascimento: 14 de março de 1978

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1996-2000)

Mestrado em Sociologia Económica pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2005)

Experiência Profissional:

Iniciou a atividade profissional em 2000 na Omnicom Media Group Portugal como analista nas áreas da publicidade, marketing e comunicação.

Entre 2006 e 2017 foi consultora da Augusto Mateus e Associados para áreas do apoio estratégico ao desenvolvimento territorial e da avaliação de políticas públicas, em especial da política de coesão europeia para os períodos 2007-2013 e 2014-2020.

Em julho de 2017 desempenhou funções de coordenação na unidade autónoma da Augusto Mateus e Associados na Ernst & Young, S. A.

De agosto de 2017 até fevereiro de 2019, exerceu as funções de técnica especialista do Gabinete da Secretária de Estado da Habitação do XXI Governo Constitucional.

312147881

Despacho n.º 3192/2019

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de chefe do meu gabinete, a licenciada Maria Antónia Barbosa de Araújo, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de março de 2019. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Maria Antónia Barbosa de Araújo

Data de Nascimento: 30 de abril de 1980

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (menção Ciências Internacionais e Comunitárias, 1998-2003)

Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses — 2005

Pós-Graduação em Tradução Jurídica e Empresarial (Inglês) pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (2009)

Curso Avançado sobre Cooperação Judiciária Internacional e Europeia em Matéria Penal (Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito de Lisboa, 2012)

Pós-graduação em Direito da Medicina e Justiça Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, 2014).

Percurso Profissional:

Iniciou atividade profissional em 2003 como advogada-estagiária, colaborando com a Athayde de Tavares e Pereira da Rosa & Associados — Sociedade de Advogados RL, concluindo o estágio profissional em 2005, ano em que passou a estar inscrita como advogada na Ordem dos Advogados Portugueses. Seguiram-se dez anos de exercício da advocacia, com especial incidência para o tratamento de matérias de contencioso civil e penal e, bem assim, na área internacional. Colaborou, durante este período, com a Carlos Pinto de Abreu e Associados — Sociedade de Advogados RL, onde, até dezembro de 2015, se manteve como associada sénior e desenvolveu a sua atividade nas áreas do contencioso penal e civil internacionais e da cooperação judiciária internacional e europeia em matéria penal. No âmbito do Direito Criminal — área de especialidade da referida sociedade de advogados — desenvolveu sobretudo a sua atividade no âmbito da responsabilidade penal e disciplinar médica. No âmbito associativo integrou diversas associações e organizações profissionais, designadamente a Deutsch-Lusitanischen Juristenvereinigung (Associação Luso-Alemã de Juristas), a Associação dos Advogados Penalistas — Fórum Penal, sendo igualmente membro fundador da Associação Portuguesa de Intérpretes e Tradutores Jurídicos (APTIJUR) e participando em diversas iniciativas da Fair Trials International. Entre 2009 e 2015 dedicou-se igualmente à atividade de docência na qualidade de técnica especializada na Escola Secundária de Camões no contexto curricular do Curso Profissional de Técnico de Serviços Jurídicos.

De dezembro de 2015 até julho de 2017, exerceu as funções de adjunta no Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional.

De julho de 2017 até fevereiro de 2019, exerceu as funções de chefe do Gabinete da Secretária de Estado da Habitação do XXI Governo Constitucional.

312147873

Despacho n.º 3193/2019

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de minha secretária pessoal, Maria Margarida Nogueira Ferreira, assistente técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo

6 de março de 2019. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Maria Margarida Nogueira Ferreira

Data de Nascimento: 12 de fevereiro de 1960

Habilitações literárias: 9.º Ano de escolaridade

Experiência profissional:

Categoria — Assistente Técnica

De julho de 2017 até fevereiro de 2019, Secretária Pessoal no Gabinete da Secretária de Estado da Habitação do XXI Governo Constitucional.